

1 Introdução

Uma das formas de conhecer a eficiência, a equidade e a qualidade do sistema educacional são por meio de informações quantitativas. A necessidade de definir e medir as questões relacionadas com o desenvolvimento, os padrões de vida e as condições sociais e econômicas favoreceu o surgimento de diversos programas de indicadores sociais elaborados pelos países e por diversos organismos internacionais. Em particular, os educacionais, que visam comparar e julgar o contexto e funcionamento do ensino e seus resultados, tiveram um grande desenvolvimento (Américo, 2017).

Portanto, mensurar a aprendizagem escolar é outra grande preocupação, já que é um processo que costuma ocupar grande parte das atenções daqueles que se dedicam aos temas educacionais. Nos últimos anos, mudanças significativas aconteceram na educação, incluindo os processos de avaliação e gestão dos sistemas educacionais. A partir de mudanças recentes também em relação aos marcos legais (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996), o ensino passa a ser considerado mais explicitamente como um direito público subjetivo. Mais do que isso, o direito à educação passa a envolver não só a garantia do acesso e da permanência, mas também a garantia de um padrão de qualidade, que por sua vez encontra-se estreitamente associada a aprendizagem dos alunos (Pontes, 2018).

A mensuração nos sistemas educacionais tem sido cada vez mais usada no Brasil para o monitoramento da qualidade da educação. Os seus resultados cumprem a função de orientar políticas públicas educacionais e têm ocasionado um impacto importante na sociedade brasileira. Esse monitoramento envolve a elaboração de medidas específicas que transmite uma informação referente a uma dimensão particular e relevante da educação, sendo a mesma o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) um dos mais importantes. Portanto, o Ideb, juntamente com outros indicadores educacionais, são tentativas de avaliar e acompanhar a qualidade e equidade dos sistemas educacionais (Bervian, 2015).

No entanto, devido ao caráter complexo e multifacetado da educação, é natural que haja, também, um número e uma variedade muito grandes de indicadores. E, com efeito, quando se debruça sobre as informações fornecidas por diferentes órgãos encarregados do estudo e do acompanhamento das questões educacionais, tanto no Brasil quanto no exterior, pode ser percebido não somente muitos indicadores, mas também grandes diferenças quanto à sua seleção e tipologia, diferenças essas que se relacionam, naturalmente, às especificidades e aos pontos de maior interesse das respectivas instituições que os produzem e os divulgam (Ferrão, 2016).

Por muitas mudanças passou a avaliação da aprendizagem no Brasil, mas não pode ser esquecido que não só estas mudanças definem como vai ser a abordagem avaliativa é imperativo olhar focalmente também para o lado pedagógico, a tendência que está incidindo o processo. Hoje Há um novo foco avaliativo dado pela LDB 9394/96, como a valorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a avaliação de forma contínua e cumulativa, o cuidado pela aprendizagem do aluno, possibilidade de aceleração, avanço e aproveitamento dos estudos com base na avaliação da aprendizagem, recuperação paralela a alunos com baixo rendimento na aprendizagem, além da frequência mínima exigida como requisito para aprovação e sequenciamento dos estudos. Dessa forma foi constituído o problema da pesquisa: como são utilizados os indicadores de desempenho da Prova Brasil na tomada de decisão na escola Estadual Dr. João Ponce de Arruda aplicados aos alunos de 9º ano do Ensino Fundamental II?

O interesse pelo estudo da temática acerca dos indicadores educacionais na avaliação surgiu a partir dos estudos de vários teóricos, como Ferrão (2016), Américo (2017), Castro (2017), entre outros que inovam as concepções de avaliação e contribuem para evolução do processo ensino e aprendizagem, levando a necessidade sobre o processo de avaliação, sua importância, sua história e o porquê avaliar. A justificativa desse artigo, portanto, encontra respaldo no conceito de que é indispensável a priori apontar as intenções acerca do sentido de avaliar a aprendizagem a partir da visão dos docentes, para que se possa achar lugar para a discussão crítica e a dispersão de uma prática de avaliação de maneira formativa. Através deste estudo busca-se compreender e ter conhecimento das políticas públicas e seu ciclo, procurando o entendimento do processo de elaboração e execução da mesma no âmbito escolar, analisando a garantia de direitos perante a sociedade, envolvendo compromissos e tomadas de decisões para determinadas finalidades.

Portanto, compreende-se a necessidade de uma análise constante para instruir-se, que instigue a participação ativa em um processo permanente de avaliação. A avaliação constitui-se em uma janela, através da qual se enxerga todo o complexo acordo educativo e que, apesar de sua extraordinária função, não poderá dar conta de todos os problemas do sistema educacional, sendo assim, tem como objetivo geral analisar os indicadores de desempenho para o desenvolvimento dos processos avaliativos aplicados aos alunos de 9º ano do ensino fundamental II, e apresenta como os objetivos específicos: conhecer os principais indicadores de desempenho trabalhados na escola estadual Dr. João Ponce de Arruda; Ilustrar os resultados de aprendizagem associados as estratégias de avaliação de aprendizagem.

2 Política de Avaliação Educacional

Se há uma política que avançou no Brasil, nos últimos quinze anos, foi a política de Avaliação Educacional. Neste período, inúmeras iniciativas deram forma a um robusto e eficiente sistema de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, que consolidaram uma efetiva política de Avaliação Educacional (Alvez & Soares, 2013). Considerada hoje uma das mais abrangentes e eficientes do mundo, essa política abrange diferentes programas, como: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, o Exame Nacional de Cursos/ENC, conhecido como Provão e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior/ENADE, o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos/ENCCEJA, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES, a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é, possivelmente, a avaliação educacional de caráter internacional mais conhecida mundialmente, da qual o Brasil também vem participando desde o seu início, em 2003, como país convidado, visto não ser membro da OCDE. A cada três anos, a OCDE vem divulgando, em diversas línguas (português, inclusive), os resultados das avaliações do PISA, muitas vezes contrastados com informações recolhidas de modo a cobrir uma grande variedade de áreas de interesse educacional, como o nível de escolaridade das populações de diversos países, os recursos financeiros e humanos investidos em educação, o acesso às redes de ensino, o ambiente de aprendizagem, a organização das escolas etc., com metas projetadas para as escolas e redes considerando os dados já obtidos com a aplicação da Prova Brasil (Machado et al., 2015).

No início as avaliações do SAEB eram realizadas a cada dois anos e avaliavam apenas uma amostra representativa dos alunos matriculados nas séries finais do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, de escolas públicas e privadas, fornecendo

dados sobre a qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e dos estados. Em 2005 o SAEB foi reestruturado e passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação do Rendimento Escolar (Anresc), divulgada como Prova Brasil, ressalta Lacruz et al. (2019):

[...] o SAEB foi ampliado e redimensionado para se adequar às prerrogativas internacionais de “competitividade” e de “eficiência” na formação escolar. Desde então, o sistema brasileiro examina escolas e estudantes das redes públicas e privadas, em áreas rurais e urbanas, matriculados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e que estão concluindo o ensino médio (Lacruz et al., 2019, p. 2).

Segundo Lacruz et al., (2019), o SAEB tem como principal objetivo avaliar a educação brasileira, a fim de contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica, diagnosticando e identificando os problemas e diferenças do ensino regional, e com ajuda da Aneb e o Anresc é possibilita o melhor direcionamento de ações, de recursos financeiros e técnicos.

De acordo com Machado, et al., (2015, p. 336) o “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para ser “um indicador de qualidade educacional”. Nesse caso, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Alvez e Soares (2013) discorrem que os testes e questionários aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais, trazendo como premissa avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação básica brasileira. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

2.1 Avaliações no sistema Educacional Brasileiro

O Sistema Educacional Brasileiro, a partir de 1990, substituiu o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau - Saep, criado em 1987. Ele surgiu da necessidade de articulação, de edificação de consenso e de tomada de decisões grupais a respeito dos rumos da educação nacional. Conforme Lacruz et al., (2019, p. 13):

[...] A partir de 2005, com a criação da Prova Brasil, e de 2007, com a formulação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o SAEB foi ampliado e redimensionado para se adequar às prerrogativas internacionais de “competitividade” e de “eficiência” na formação escolar (Lacruz et al., 2019, p. 13).

Desde o início, portanto, os autores colocam que o objeto do SAEB foi examinar escolas e alunos do sistema nacional de educação, ou seja, um tema que diz respeito a toda a sociedade e que deve ser gerenciado em várias instâncias. O sistema deve prover informações para a tomada de decisões, destinadas, no primeiro momento, aos gestores do sistema educacional

(ministro da Educação, secretários estaduais e municipais de Educação), MATO GROSSO (2001).

De acordo com Matos e Rodrigues (2016, p. 666), “é fundamental considerar o Ideb juntamente com as condições contextuais da escola”. Para os autores, trata-se de determinar e organizar os documentos sobre a qualidade da educação; a equidade (como a qualidade está sendo alcançada no espaço brasileiro) e a eficácia (há ou não maneiras melhores de se obter qualidade na educação) da educação nacional, de forma a permitir o monitoramento das políticas educacionais brasileiras.

As avaliações educacionais externas em larga escala são uma realidade no país desde a década de 1990, com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo Inep. Lacruz et al. (2019), coloca que:

[...] em seus vinte e sete anos de existência, o SAEB se consolidou não apenas enquanto o principal exame do desempenho educacional no país, mas também como uma poderosa ferramenta analítica que pauta políticas públicas e estabelece parâmetros oficiais para definir o que convencionou chamar de “qualidade” na educação básica (Lacruz et al., 2019, p. 3).

Becker (2020, p. 183) coloca que “ao longo das duas últimas décadas, o Brasil obteve melhoria de alguns indicadores educacionais”. Tal cenário mudou com a reestruturação do Saeb a partir de 2005, quando o Sistema passou a ser composto por duas avaliações externas: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que manteve basicamente as mesmas características da avaliação amostral realizada até 2003; e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, que avalia as escolas públicas de forma quase censitária. Essa última passou a contemplar nominalmente os resultados dos estabelecimentos de ensino e dos municípios. Antes, apenas os Estados e alguns poucos municípios que já haviam desenvolvido seus sistemas próprios de avaliação - como em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Ceará e em mais alguns outros estados- conheciam o desempenho médio dos alunos matriculados nas escolas de suas respectivas redes de ensino (Inep, 2017).

Conforme Hora e Lélis (2020, p. 40), “as avaliações externas e em larga escala, passaram a ter importante centralidade no cenário educacional brasileiro”. Isso confirma as colocações dos autores, porque em 2007, Uchoa (2013) explica que foi introduzido outra novidade importante no uso das avaliações externas nacionais. Os resultados do Saeb e da Prova Brasil, em conjunto com uma medida de rendimento fornecida pelo Censo Escolar, foram sintetizados no Ideb. Esse novo indicador, segundo o autor, passou a ser calculado para os anos iniciais do Ensino Fundamental, as Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio - foi criado para medir de forma objetiva a qualidade da educação.

De acordo com Américo et al., (2017), a Prova Brasil, consiste numa avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, vinte alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

A utilização desses indicadores para conhecer a situação de um sistema educacional é outro dos aspectos relevantes para que essas medidas possam constituir um sistema de indicadores. Para Hora e Lélis (2020) sobre a criação do IDEB ofereceu condições “ao governo federal a fixação das metas de desempenho nacional, expressas numa escala de 0 a 10, procurando superar algumas dificuldades do Plano Nacional de Educação (PNE) em relação ao tratamento da qualidade”. Nesse caso, o objetivo é o monitoramento e não a avaliação. Naturalmente, embora

estejam relacionados, o primeiro é uma atividade permanente e o segundo ocorre em momentos específicos no tempo.

Em outras palavras, Pontes (2018) explica que os indicadores de desempenho são frequentemente definidos como medidas estatísticas sobre aspectos considerados importantes nos sistemas educacionais. Para o autor, é preciso lembrar que a Prova Brasil por exemplo, trata da indicação onde os poderes públicos (município, estado e Federal) devem aplicar os recursos, assim como a práticas pedagógicas que os professores devem manejar e processo implementado pela gestão que sejam “capazes de melhorar o desempenho dos alunos e a qualidade do ensino ministrado” (Américo, et al., 2017, p. 855).

Para Américo et al. (2017, p. 855), a “responsabilização desempenhada pela Prova Brasil se detém na divulgação dos resultados e no estabelecimento de metas” Como o objetivo da prova Brasil é avaliar os sistemas de educação (município, estado, país) não há necessidade de todas as escolas serem avaliadas. Por uma questão de logística e custos, nas diferentes edições da Prova Brasil algumas escolas e seus alunos não participaram. Além disso, a participação não é obrigatória. Participam as escolas urbanas e rurais que possuem pelo menos 20 (vinte) alunos nas séries avaliadas. Escolas com até dez alunos nas séries avaliadas, podem pleitear a realização da Prova Brasil. Muitas aderem para terem o resultado do Ideb, já que a nota da Prova Brasil é um dos componentes do índice. A Prova Brasil, apesar de ser aplicada para todos os alunos que se enquadrem nos critérios definidos pelo Inep, não divulga notas individuais. Seu principal objetivo é avaliar as redes de ensino.

3 Procedimentos Metodológicos

Pesquisa conforme Gil (2008, p. 65) “é o conjunto de procedimentos sistemáticos, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”. Baseado nas explicações do autor, foi definido o tipo de pesquisa e a seguir, são descritas as características que consolidam a metodologia.

Para atingir os objetivos da pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2007), uma série de técnicas e instrumentos devem ser utilizados ao longo do desenvolvimento. Assim, ficou definido o tipo de estudo, que inclui a pesquisa bibliográfica, documental, de campo, descritiva, com método qualitativo, que serão aprofundadas aqui no estudo, a fim de analisar sistematicamente, em detalhes, o conhecimento e o pensamento que os dirigentes escolares possuem sobre os indicadores externos (Prova Brasil) de desempenho trabalhados na escola Estadual Dr. João Ponce de Arruda.

A pesquisa Bibliográfica de acordo com Minayo (2003), deve ser baseada em pesquisas com autores renomados, que tratam do assunto com propriedade. Dessa forma, trouxe autores atualizados sobre o assunto por meio de artigos, livros, dissertações que referendaram o estudo. Para as leituras da pesquisa bibliográficas, foi utilizado o fichamento, que tinham como objetivo sintetizar e organizar as leituras realizadas.

Utilizou-se da pesquisa descritiva, que segundo Fonseca (2002, p. 45), “inclui a descrição, registro, análise e interpretação da natureza atual e a composição ou processo dos fenômenos”. Procurou no decorrer do estudo descrever com precisão as informações contidas no material selecionados (artigos, teses etc.), com conhecimentos suficientes para alicerçar a investigação, pois os resultados desse tipo de pesquisa “estão localizados em um nível intermediário no que diz respeito à profundidade do conhecimento” (Minayo, 2003, p. 24). A pesquisa exploratória, procurou descrever as características do processo de avaliação, as concepções pedagógicas adotadas no processo de ensino aprendizagem e os instrumentos

desenvolvidos, a fim de se criar indicadores para qualidade do ensino da Educação Básica, avaliando-se assim também a aprendizagem dos estudantes.

Foi trabalhada a pesquisa documental, conforme Silva et al. (2009, p. 2) colocam que: “O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado”, pois contribuem com dados que podem ser trabalhados para “ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (p. 2). Assim, foi trabalhado neste estudo, a pesquisa documental concentrou-se nos dados documentais da escola objeto de investigação, em que foram analisados os resultados da Prova Brasil entre os anos de 2015 a 2017 e o Projeto Político Pedagógico. A pesquisa de campo foi realizada na Escola Estadual Dr. João Ponce de Arruda, em que pode obter informações precisas sobre o objeto de estudo, por meio das entrevistas realizadas com a equipe gestora (Coordenação Pedagógica e Gestora Escolar).

A pesquisa quanto à abordagem, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), se constitui em qualitativa. A pesquisa qualitativa forneceu as informações necessárias para estabelecer o fundamento teórico e conceitual. A interpretação dos dados qualitativos fora utilizada para realizar a discussão dos resultados e estabelecer as conclusões, com objetivo de registrar informações obtida a partir da leitura, análise e interpretação do conteúdo total dos artigos, do material coletado.

Os instrumentos utilizados neste estudo consistem nos questionários, que segundo Silva et al. (2009, p. 9), “é uma lista de perguntas cuidadosamente estruturadas, tendo em vista extrair respostas confiáveis de uma amostra escolhida”, assim procedeu neste estudo, em que os questionários aplicados aos entrevistados buscaram abordar os pontos mais importantes e críticos que envolveram o objeto da pesquisa, oferecendo informações para análise a respeito do assunto. Foram elaboradas setes questões que subsidiaram a entrevista realizada com a Gestora Escolar e a Coordenadora Pedagógica, associada ao desempenho dos educandos do 9º ano do Ensino Fundamental II, conforme apêndice 1.

Para a coleta de dados, foram feitas pesquisas e estudos referenciais. Utilizou-se o portal QEDu (uma iniciativa inédita desenvolvida pela Meritt e Fundação Lemann para permitir que a sociedade brasileira saiba e acompanhe como está a qualidade do aprendizado dos alunos nas escolas públicas e cidades brasileiras), sobre a Prova Brasil do ano de 2017, pois em 2019 a instituição pesquisada não foi selecionada para fazer a avaliação devido o número de alunos da turma não corresponder a quantidade estabelecida para realizar a avaliação. Para a coleta dos dados qualitativos foram feitas entrevista com a Gestora Escolar e a Coordenadora Pedagógica, e repassada para o papel.

Como instrumento de análise de dados, diferentes ferramentas qualitativas (entrevista semiestruturada) foram utilizadas para trabalhar no cenário da pesquisa e para coletar os dados no desenvolvimento do trabalho de campo, aplicado durante o estudo e que são descritas a seguir: foi realizada entrevista semiestruturada com a Coordenadora Pedagógica e a Gestora escolar, que participaram e colaboraram no desenvolvimento da pesquisa.

A entrevista conforme Lakatos e Marconi (2011, p. 80) “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.” Por meio da entrevista aplicada procurou abordar os pontos mais importantes e críticos da literatura destacados no problema de pesquisa e seus objetivos, oferecendo informações para análise a respeito do assunto pesquisado, por meio dos respondentes diretamente envolvidos no processo.

4 Resultados e Discussão

Na visão de Gil (2010), na análise dos dados, é importante considerar evidências múltiplas obtidas durante a pesquisa, ou seja, os relatos durante a entrevista, as transcrições de respostas e demais informações disponíveis. A análise dos dados foi realizada assim que foram recolhidos os materiais inerentes as entrevistas aplicadas aos respondentes, que traz abreviatura para CP (Coordenadora Pedagógica) e GE (Gestora Escolar) aos fatores associados ao desempenho dos educandos do 9º ano do Ensino Fundamental II.

4.1. Utilização do Indicador Prova Brasil na gestão administrativa e pedagógica da escola

Buscando entender a utilização da Prova Brasil do ponto vista administrativo e pedagógico foram elaboradas as figuras 1 e 2, conforme segue.

| Entrevistadas | 1. Como é trabalhada por parte do gestor e coordenador os resultados da prova Brasil? |
|---------------|--|
| GE | 1) Os resultados da Prova Brasil/Saeb são analisados no início do ano letivo, quando a escola realiza o diagnóstico dos resultados/desempenho dos educandos obtidos no ano anterior. A Prova Brasil é encarada como um medidor externo do desempenho desta unidade e por isso é muito importante a análise desses dados, os quais constam no PPP da escola, bem como no plano anual que a escola define, contendo metas, objetivos e estratégias para melhorar os resultados alcançados no ano anterior. |
| CP | 1) Normalmente os resultados de Avaliações externas, como Prova Brasil e/ou outras, assim como resultados internos são analisados no início do ano Letivo. Servindo de subsídios para o diagnóstico escolar. Sabe-se da importância dessas Avaliações Externas e Internas, pois são a partir desses dados que a escola traça as metas, os objetivos para o Ano Letivo. |

Figura 1 Utilização da Prova Brasil pela gestão administrativa/pedagógica da escola
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Nesse entendimento, colocado pelas entrevistadas, as avaliações nacionais, estaduais e municipais realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, são usadas para coletar dados e responder a perguntas de quem elabora as políticas públicas distantes da sala de aula. No entanto, em uma era de responsabilidade de alto risco, as evidências externas também podem ter efeitos profundos nas práticas de sala de aula. No domínio da avaliação Machado (2012) coloca que, e de acordo com a concepção da prova Brasil, como instrumento ao serviço da aprendizagem, a Agência estabelece como um dos seus objetivos estratégicos, caminhar para um sistema abrangente e equilibrado de avaliação dos resultados educacionais, que fornece mais informações para a tomada de decisão pedagógica e gerencial às equipes gestoras de escolas da Educação Básica e que deve contribuir para a melhoria da qualidade do ensino em todos os estabelecimentos do país.

Na figura 2 são apresentados os resultados da utilização da Prova Brasil por parte dos Professores da Escola pesquisada.

| Entrevistadas | Informações da Prova Brasil usadas para auxiliar o trabalho do professor em sala de aula |
|---------------|---|
| GE | Sim. Estes dados são um dos norteadores para definir metas, objetivos e estratégias para o trabalho pedagógico |
| CP | Todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dessa Unidade Escolar são orientados a “trabalhar” conforme as metas estabelecidas, portanto, deve-se sempre considerar os resultados apontados nas avaliações. |

Figura 2 - Utilização do Indicador Prova Brasil pelos Professores(as) da escola
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Os principais indicadores de desempenho trabalhados na escola estadual Dr. João Ponce de Arruda, segundo a resposta da Coordenadora pedagógica: É sabido de todos que o planejamento deve ser pautado no diagnóstico apresentado inicialmente. Logo, é imprescindível o Planejamento esteja em consonância com as Avaliações. E assim, superar as metas estabelecidas. Conforme é percebido na fala das entrevistadas, o sistema de avaliação na referida escola vai

de encontro com as colocações de Américo *et al.*, (2017 p. 19), “a análise discriminante possibilita considerar estatisticamente os distintos perfis escolares com base em contextos particulares em que os desempenhos mais ou menos eficazes estão inseridos.”. Dentro do campo da avaliação escolar, os professores devem buscar sempre conhecimento acerca dos métodos avaliativos, que possam ser coerentes com as mudanças vivenciadas pelos alunos.

Os indicadores de desempenho conforme discorre Matos e Rodrigues (2016, p. 669), “a eficácia da escola não pode ser avaliada apenas por um único indicador”; isso implica que professores, coordenadores e gestores, em conjunto, devem realizar estudos críticos sobre a temática e procurar apresentar novas proposições e caminhos alternativos de avaliações, no propósito de buscar resultados mais efetivos para o ensino e aprendizagem.

Contudo, cabe ao docente as reflexões teóricas sobre o seu papel como educador, que conforme Lacruz (2019, p. 11), os “indicadores educacionais maximizam entre os desempenhos bem-sucedidos e malsucedidos que pode representar uma possibilidade de aprofundar”, isso deve vir de encontro com a análise que cada professor deve fazer em relação aos indicadores de desempenho para serem trabalhados na escola, questionar sempre qual a concepção de avaliação escolar e o papel que a avaliação traz para o processo de construção da aprendizagem e quais as implicações da avaliação escolar para a produção do sucesso do aluno.

Na figura 3 é apresentado o resultado da Prova Brasil para o planejamento escolar.

| Entrevistadas | As informações da PB, são levadas em consideração no planejamento de ensino. |
|---------------|---|
| GE | O planejamento de ensino desta unidade escolar é todo pautado nos resultados das avaliações externas e internas, logo o resultado da PB é um fator importante a ser refletido no momento do planejamento de todos os profissionais que atuam nesta unidade escolar. |
| CP | É sabido de todos que o planejamento deve ser pautado no diagnóstico apresentado inicialmente. Logo, é imprescindível o Planejamento esteja em consonância com as Avaliações. E assim, superar as metas estabelecidas. |

Figura 3 – Utilização da Prova Brasil no Planejamento do Ensino
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Pontes (2018) explica que as estratégias avaliativas devem fazer parte do planejamento dos professores, pois dessa forma o objetivo da avaliação passa a se concretizar respectivamente somando para o desempenho dos estudantes. Com a inserção das estratégias avaliativas permite um controle das atividades e o resultado da aprendizagem poderá ser revisto constantemente. O uso de diversos indicadores de desempenho permite comparações ao longo do tempo por parte dos educadores para melhorarem suas estratégias e metodologias dentro do planejamento de ensino.

Nesse sentido, Matos e Rodrigues (2016) colocam que a avaliação deve contribuir para que o aluno se sinta participativo e construtor de seu conhecimento, bem como o de seus colegas. E essas variáveis deverão ser vistas não como um aceno a uma responsabilidade única atribuída ao aluno pela sua aprendizagem, mas no sentido de que essas variáveis podem ser prejudiciais a ele pela ação de uma avaliação selecionadora, disciplinadora e controladora que o impede de se emancipar, naturalmente.

Como destaca a Coordenadora Pedagógica “o planejamento deve ser pautado no diagnóstico apresentado inicialmente”. Também, em conformidade com o pensamento de Lélis e Hora (2019), a avaliação ocorre de forma constante no dia a dia e o professor deve saber delimitar bem os objetivos instrucionais que devem ser alcançados. Porém, isto seria realizado a partir das estratégias traçadas.

4.2 – Utilização do Indicador Prova Brasil na Formação Continuada e na Participação da Comunidade Escolar

Buscando entender como se dá a participação social da comunidade escolar e a formação continuada dos Professores foram elaboradas as figuras 4 e 5, conforme se segue.

| | |
|---------------|--|
| Entrevistados | Os professores recebem assistência para a formação continuada por parte da Secretaria Municipal de Educação para trabalhar os resultados da PB na escola? |
| GE | A assistência é ofertada pelo CEFAPRO, órgão responsável pela formação continuada dos profissionais da educação do estado de Mato Grosso e todo ano de PB é oferecida uma capacitação a todos os professores de Matemática e Língua Portuguesa sobre as exigências desta avaliação, bem como a análise de questões já aplicadas em exames anteriores e são trabalhadas também em sala de aula as habilidades da matriz de Referência em preparação à PB. |
| CP | O CEFAPRO, órgão responsável pela formação continuada dos profissionais da educação do estado de Mato Grosso e todo ano de PB é oferecida uma capacitação a todos os professores de Matemática e Língua Portuguesa sobre as exigências desta avaliação, bem como a análise de questões já aplicadas em exames anteriores e são trabalhadas também em sala de aula as habilidades da matriz de Referência em preparação à PB. |

Figura 4 – Resultados do Indicador Prova Brasil no Processo de Formação Continuada
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Sobre a formação continuada por parte da Secretaria Municipal de Educação para trabalhar os resultados da PB na escola, quando questionada a GE, esta respondeu que: “... é oferecida uma capacitação a todos os professores de Matemática e Língua Portuguesa sobre as exigências desta avaliação...”, assim como a Coordenadora Pedagógica afirmou que o “CEFAPRO oferece uma capacitação a todos os professores de Matemática e Língua Portuguesa sobre as exigências desta avaliação”. Isso demonstra que todos estão alinhados com o resultado da PB, em todas as instâncias, para tanto Luckesi (2002), fala que é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino.

Segundo a Coordenadora Pedagógica “todo ano de PB é oferecida uma capacitação a todos os professores de Matemática e Língua Portuguesa sobre as exigências desta avaliação”. A formação continuada segundo Fazenda (2013), no atendimento e qualificação para professores que atuam no Ensino Fundamental tem se mostrado uma ferramenta para auxiliar o professor e traz em si imensas positivities de significação ao trabalho docente e de novas formas para o trabalho pedagógico em relação aos processos avaliativos.

A Gestora Escolar colocou que “é oferecida uma capacitação a todos os professores de Matemática e Língua Portuguesa sobre as exigências desta avaliação”, A formação continuada segundo Perrenoud (2011) se constitui a saída possível para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo. As exigências da contemporaneidade não se restringem tão somente a dimensão didática metodológica, ou seja, novos procedimentos técnicos, mas implica sobre todo o âmbito ético e político da ação pedagógica, isto é, novos paradigmas com relação à concepção de conhecimento, à organização do trabalho em sala de aula, em relação à aos processos avaliativos e principalmente os elementos que compõe o processo ensino-aprendizagem.

A sequencia é apresentado a figura 5, que buscou entender o processo de envolvimento da comunidade escolar no Indicador Prova Brasil.

| | |
|---------------|---|
| Entrevistados | 5)O gestor convoca a comunidade escolar para participar do processo de divulgação dos resultados da PB? 6)Os professores são convocados para analisarem em conjunto com a equipe gestora os |
|---------------|---|

| | |
|----|--|
| | resultados da PB? 7)A escola desenvolve ou já desenvolveu algum projeto pedagógico para trabalhar as habilidades da matriz de Referência da PB? |
| GE | 5)No início do ano letivo a comunidade escolar é convidada para uma grande reunião no pátio da escola, onde é apresentado a todos os resultados das avaliações externas, inclusive da PB. 6)Os resultados da PB e de outras avaliações externas fazem parte da pauta de planejamento dos professores, inclusive consta no PPP da escola, pois são esses dados que revelam o nosso sucesso ou fracasso em relação à aprendizagem dos educandos. 7)Sim. Quando é ano de PB os professores já sabem que as turmas que farão a referida prova terão que desenvolver um projeto pedagógico especial no qual são trabalhadas as habilidades da matriz de Referência, assim como são preparados simulados para o desenvolvimento de tais habilidades. |
| CP | 5)Normalmente sim. O gestor faz essa socialização. 6)Habitualmente os resultados da Prova Brasil e de outras avaliações externas fazem parte da pauta de planejamento dos professores, inclusive consta no PPP da escola, pois sabemos que se trata de um medidor importantíssimo no processo de aprendizagem dos estudantes. 7)Sim. Quando é ano de PB os professores já sabem que as turmas que farão a referida prova terão que desenvolver um projeto pedagógico especial no qual são trabalhadas as habilidades da matriz de Referência, assim como são preparados simulados para o desenvolvimento de tais habilidades. |

Figura 5 - Avaliação dos Resultados do Indicador Prova Brasil pela comunidade escolar
Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

De posse dessas informações recorreu-se a Khamis (2016), que coloca nesse quesito, que a avaliação consiste num elemento constitutivo, que deve envolver todo segmento escolar e, portanto, contornável no contexto educacional. A experiência dessa escola revela que todos os atores do sistema são parte do processo de avaliação. Essa mesma experiência mostra, na maioria das vezes, que a avaliação é percebida como um marco vinculado do processo ensino-aprendizagem ou, ainda, em um cenário que aproxima e compromete todos que compõem a escola.

Foram questionadas também as entrevistas se a escola desenvolve ou já desenvolveu algum projeto pedagógico para trabalhar as habilidades da matriz de Referência da PB, em que prontamente a GE respondeu “os professores já sabem que as turmas que farão a referida prova terão que desenvolver um projeto pedagógico especial no qual são trabalhadas as habilidades da matriz de Referência”, assim como CP afirmou que “assim como são preparados simulados para o desenvolvimento de tais habilidades”. Isso demonstra que a elaboração de projetos para alicerçar a aprendizagem, como um recurso para o enfrentamento da defasagem do ensino e aprendizagem, contribui para as tomadas de decisões em que envolvem toda a comunidade escolar.

Desta forma, a implementação dos projetos para uma avaliação consistente, é vista como um processo contínuo, dinâmico, participativo, emancipatório com função diagnóstica, no qual as informações coletadas redimensionam e reorganizam todas as ações pedagógicas com o objetivo de qualificar as aprendizagens e garantir o direito no prosseguimento dos estudos (MATO GROSSO, 2001).

O papel do professor como avaliador é mais o de um facilitador que contribui para a formação de seus alunos cada vez mais capazes de realizar suas próprias avaliações conforme Oliveira (2011). Na perspectiva do "empoderamento", Matos e Rodrigues (2016) afirma que o agente de avaliação não é mais exclusivamente o professor. Os alunos, individualmente ou em grupo, passam a ter um papel fundamental, de modo que haja uma progressiva transferência da responsabilidade pela avaliação dos professores para os alunos.

De acordo com Matos e Rodrigues (2016), a avaliação deve estar a favor do educando de forma que o professor crie e recrie estratégias pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e acompanhamento de cada discente, ou seja, o professor é investigador, o que torna significativas as diversas experiências de aprendizagem do aluno.

Luckesi (2008), por exemplo, ressalta que a avaliação da aprendizagem além de compreender o estágio de aprendizagem em que o aluno se encontra, mensura a qualidade da assimilação do conhecimento adquirido pelo mesmo. Onde será a partir desse processo que o educador se torna apto a interferir e mediar decisões necessárias possibilitando ao aprendiz a avançar em seu processo de ensino aprendizagem.

Na Escola Estadual Dr. João Ponce de Arruda avaliação do processo ensino-aprendizagem é muito mais do que simplesmente aplicar testes, levantar medidas, selecionar e classificar alunos. Assim, a avaliação da aprendizagem funciona mediante um planejamento do ensino e sua execução a partir de um planejamento (mínimo) prévio, e não simplesmente improvisos (GESTORA ESCOLAR, 2020).

Logo a avaliação diagnostica realizada na escola geralmente no final de cada bimestre, que auxilia o educando no seu processo de ensino-aprendizagem nas relações competências e autonomia identificando não só seu avanço mais a qualidade em que se avança (COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2020).

Compreender a avaliação como um instrumento inclusivo e não exclusivo, no qual a avaliação escolar não implica em reprovar ou não o aluno, “mas sim em uma orientação permanente para seu desenvolvimento” (GESTORA ESCOLAR, 2020). Segundo Luckesi (2002), a escola deve trazer sempre práticas/teorias pedagógicas e avaliativas voltadas a aspectos relevantes.

Machado et al., (2015) afirmam que o grande desafio é romper as dicotomias acerto/erro, saber/não-saber nos processos avaliativos. Já Becker (2020) defende a avaliação partindo da fragmentação do processo aprendizagem e na classificação das respostas dos alunos no qual um padrão de semelhança leva ao acerto e de diferença predomina o erro. Lacruz et al. (2019) por sua vez, adverte que intervalos prolongados entre avaliações de aprendizagem provocam prejuízos aos alunos, ou seja, quanto mais tarde a avaliação, menos tempo hábil para interferir, a fim de sanar as suas dificuldades.

Diante disso, Alvez e Soares (2013) explicam a complexidade da avaliação, sendo muitas vezes confusa não só para o docente, mas também para o discente. Uma vez que o aprendiz não domina um conteúdo ou uma atividade e o mesmo se restringe ao saber-objeto.

Luckesi (2008) coloca que para compreender a avaliação escolar não pode deixar de considerar a avaliação educacional como um todo, e ao mesmo tempo, considerar as especificidades de cada aluno, desde sua complexidade até às práticas pedagógicas que se direcionam para a avaliação. Tem-se, portanto, fazer uma breve análise sobre a avaliação desde a Prova Brasil.

A escola é um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base nos resultados avaliativos dos alunos. Nessa perspectiva, Freitas (2017) coloca que é fundamental que a escola esteja sempre inovando, buscando por métodos, estratégias inovadoras, que assume suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa.

Portanto, a avaliação da aprendizagem em larga escala é uma ferramenta importante para as decisões políticas relacionadas à educação, pois permite a escola avaliar a qualidade da educação a partir dos resultados de seus alunos nas provas aplicadas. Nesse sentido, a qualidade estará baseada em uma estratégia educacional baseada na competência, influenciada por políticas públicas. Obviamente, é um modelo de avaliação que privilegia a implementação de ações orientadas para a responsabilização de todos envolvidos no processo, que estabelece como eixo principal de competência e qualidade, a observação do cumprimento de normas que o sistema educacional determine como adequadas.

5 Considerações Finais.

Um dos objetivos desta pesquisa consistia em conhecer os principais indicadores de desempenho trabalhados na escola estadual pública, nesse quesito compreendeu-se que as avaliações educacionais externas em larga escala são uma realidade no país com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo Inep, os indicadores como a SAEB, devem fornecer informações em contexto, permitir a análise de tendências e projetar situações futuras. Nesse sentido, os indicadores educacionais como a Prova Brasil contribuem por transmitir a realidade como se encontra o ensino e aprendizagem, informando alguns de seus aspectos. Nas escolas de Mato Grosso os indicadores utilizados são vários: Progressão Simples (PS), Progressão com Plano de Apoio Pedagógico (PPAP), Progressão com Apoio de Serviço Especializado (PASE) e Progressão com Pendência de Frequência (PPF), todos estes utilizados pela escola objeto de investigação conforme cada situação apresentada pelos alunos.

Foi possível caracterizar o processo e as estratégias avaliativas desenvolvidas na escola. Nesse ponto, houve a compreensão de que a avaliação deve estar a favor do educando de forma que o professor crie e recree estratégias pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e acompanhamento de cada discente, ou seja, o professor deve conhecer as peculiaridades que envolvem o aluno, assim sua forma de avaliar pode facilitar e sua interação nas atividades, criar estratégias para que ele participe ativamente e se sinta à vontade realizando as atividades que são propostas.

Avaliando os resultados de aprendizagem associados as estratégias de avaliação de aprendizagem, percebeu-se no estudo realizado, que as ações realizadas na escola, nos processos avaliativos, fazem parte do planejamento dos professores, pois dessa forma o objetivo da avaliação passa a se concretizar respectivamente somando para o desempenho dos estudantes. Com a inserção das estratégias avaliativas permitem um controle das atividades e o resultado da aprendizagem pode ser revisto constantemente. O uso de diversos indicadores de desempenho permite comparações ao longo do tempo por parte dos educadores para melhorarem suas estratégias e metodologias dentro do planejamento de ensino.

O interesse pelo estudo da temática acerca dos indicadores educacionais na avaliação surgiu a partir dos estudos de vários teóricos que inovam as concepções de avaliação e contribuíram para este estudo. Assim pode compreender que o uso de um único indicador é insuficiente em qualquer tipo de análise, especialmente quando se trata de processos tão complexos como a avaliação. Os indicadores não são números isolados um do outro, mas estão relacionados a outros indicadores. Para serem lidos e analisados de forma abrangente, eles devem ser agrupados para formar um sistema de indicadores. Eles fornecem informações sobre um componente de um sistema e, além disso, devem mostrar como esses componentes individuais se relacionam uns com os outros. mostrar como esses componentes individuais se relacionam entre si para produzir um certo efeito. Assim, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Portanto, de posse dos autores que deram sustentação a este estudo, compreende-se que a avaliação constitui-se em uma janela, através da qual se enxerga todo o complexo acordo educativo e que, apesar de sua extraordinária função, não poderá dar conta de todos os problemas do sistema educacional, sendo assim, as avaliações nacionais são elaboradas com o propósito de traçar um panorama da qualidade da educação básica no Brasil e oferecem uma riqueza de resultados primários, por exemplo, média de desempenho nacional, por regiões e unidades da Federação, e, nas mais recentes, até mesmo resultados por municípios e escolas.

Esses resultados, entretanto, são médias de desempenho dos alunos e não são suficientes para uma boa comparação da qualidade das escolas. Essa evidência é fundamental para a definição de qual indicador utilizar para subsidiar a análise de resultados de políticas educacionais anteriores e a construção de novas políticas Públicas

Análises apresentadas neste trabalho indicam que o papel dos dirigentes, e coordenadores pedagógicos neste processo, será tão crucial quanto a efetiva participação dos pais e alunos, colaborando e cobrando das escolas mais qualidade e compromisso com a aprendizagem de todas as crianças e jovens da escola estadual Dr. João Ponce de Arruda.

Diante desse panorama, vale repensar a utilidade das provas em larga escala sob uma abordagem pedagógica voltada para a formação; em outras palavras, avaliar os resultados de uma perspectiva crítica que leve em consideração o papel desse tipo de avaliação. É preciso considerar que a qualidade da educação não será apenas função de fatores exógenos, que se enquadram apenas no que se espera socialmente da educação, particularmente em um contexto globalizado. Consequentemente, deve-se lembrar que a educação e sua qualidade não podem se referir apenas aos resultados de aprendizagem dos alunos sob padrões estabelecidos (especialmente em consideração a uma sociedade tão desigual), mas também dependendo da escola, infraestrutura ou acesso e permanência na escola, entre outros elementos. Também vale a pena considerar a responsabilidade que os sistemas de ensino têm sobre a população. Que garanta a educação que as crianças merecem. É preciso considerar a possibilidade de reflexão sobre esse tipo de alternativas, que ajudarão a valorizar a avaliação em larga escala, não apenas como ferramenta de controle e consolidação das políticas públicas.

A pesquisa foi feita em uma escola do município de General Carneiro -mt por ser uma cidade pequena enfrentou-se dificuldades em expandir as análises em para um contexto maior. Assim, pode-se melhorar a profundidade das análises ampliando-se o número de escolas analisadas em estudos futuros.

6 Referências

Alves, M. T. G.; Soares, J. F. (2013) Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>

Américo, B. L.; Lacruz, A. J. (2017). **Contexto e desempenho escolar**: análise das notas na Prova Brasil das escolas capixabas por meio de regressão linear múltipla. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 51, n. 5, p. 854-878. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000500854

Becker, Kalinca Léia. (2020). Qualidade da Educação no Brasil: Uma Análise da Distribuição Regional do Ideb em 2007 e 2017. *boletim regional, urbano e ambiental* | 22 | jan.-jun.

Bervian, L. M.; Corrêa, M.(2015). ENADE: impactos da categoria administrativa, organização acadêmica e número de participantes no desempenho dos estudantes. *Revista de Administração Educacional*, Recife: UFPE, v. 3, n. 2, p. 6-27, ago.

Castro, Maria Helena Guimarães de. (2017). A consolidação da política de avaliação da educação básica no Brasil. *Revista Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez.

Fazenda, Ivani Catarina Arantes.(2013) Interdisciplinaridade: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola.

Ferrão, M. E.; Fernandes, C. O. (2016) O efeito-escola e a mudança: dá para mudar? Evidências da investigação brasileira. *REICE*, Madrid, v. 1, n. 1, p. 1-13, jan./jun.

Fonseca, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC.

Freitas, Pâmela Félix. (2017) Usos das avaliações externas: concepções de equipes gestoras de escolas da rede municipal de ensino de São Paulo. 2014. 194 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Gerhardt, T. E; Silveira, D. T. (2009) Métodos de pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre. Editora da UFRGS.

Gil, Antônio Carlos. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Hora, Dinair Leal da; Lélis, Luziane Said Cometti. (2020). O Processo de Apropriação dos Resultados Das Avaliações Externas E Do Ideb Em Escola Básica Amazônica Sessão Temática Desafios da Educação na/da/para a Amazônia. Revista *Teias* v. 21 • n. 61 • abril/junho 2020. file:///C:/Users/menacho/Downloads/49408-172265-1-PB.pdf

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Desempenho por escola na Prova Brasil 2016* - código da escola 32045379. Brasília, DF: Disponível em: <Disponível em: <http://sistemasprovabrasil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/view/boletimDesempenho/boletimDesempenho.seam?cid=1293#> >. Acesso em: 9 jan. 2018.

Khamis, Karla Aparecida dos Reis Mehanna. (2016). Usos da Prova Brasil: uma análise em escolas municipais de Ensino Fundamental I. / Karla Aparecida dos Reis Mehanna Khamis; Orientadora: Maria Angélica Rodrigues Martins.

Lacruz, A. J.; Américo, B. L.; Bruno Luiz Américo. (2019). **Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil**. Revista Brasileira de Educação v. 24 e240002 . disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/275/27559571003/html/index.html>. 22

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2007). Fundamentos metodologia científica. 4. ed. São Paulo. Atlas.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2011). Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Luckesi, Cipriano C. (2002) Avaliação da Aprendizagem Escolar. 13º ed. São Paulo: Cortez.

Machado, C.; Alavarse, O. M.; Oliveira, A. S. (2015). Avaliação da educação básica e qualidade do ensino: estudo sobre os anos finais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São Paulo. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiás: ANPAE, v. 31, n. 2, p. 335-353, maio/ago.. <https://doi.org/10.21573/vol31n22015.61731>.

Machado, Lisiane; SILVA, Lisiane Vasconcellos da. (2012). A Pesquisa Acadêmica no Contexto Internacional – Uma Análise Exploratória dos Trabalhos de Conclusão de Curso, desenvolvidos na Graduação em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, em uma Universidade do Sul do País. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31,

2007, Rio de Janeiro, Anais Eletrônicos do Encontro Anual da ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD.

Mato Grosso. (2001). Secretaria de Estado de Educação. Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar-aprender: a sentir, ser e fazer. Cuiabá. Seduc.

Matos, D. A. S.; Rodrigues, E. C. (2016). Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 662-688, set./dez.

Minayo, M. C. de S. (2003). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Petrópolis: Vozes, [S.l.: s.n.].

Oliveira, Ana Paula de M. (2011). *A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília.

Perrenoud, Philippe. (2011). *Porquê Construir Competências a Partir da Escola? Desenvolvimento da Autonomia e Luta contra as Desigualdades*. Porto: ASA. 7ª Ed.

Pontes, Luís Antônio Fajardo. (2018). *Indicadores Educacionais no Brasil e no Mundo: as Diversas Faces da Educação*.
2018.file:///C:/Users/menacho/Documents/Orienta%C3%A7%C3%A3o%202019/ELAINE%20MARIA/artigos%20recentes/outros/indicadores-educacao.pdf

Silva, Jackson Ronie Sá-Silva, Cristóvão Domingos de Almeida, Joel Felipe Guindani. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I – Julho.